



PLENÁRIO | 3

Dez medidas provisórias trancam a pauta

Entre elas estão a MP que destina a bolsa-atleta às categorias de base e aos desportistas que estejam entre os 20 melhores do ranking nacional e também a que ratifica o protocolo para criação da Autoridade Pública Olímpica



GOVERNO DO PARANÁ

Matérias prioritárias para votação serão definidas amanhã pelos líderes partidários



AGÊNCIA BRASIL

SEGURANÇA | 8

Deputados da base e da oposição apoiam proposta do ministro da Justiça de integrar ações da União, estados e municípios no combate ao crime organizado

Base aliada quer restringir criação de comissões parlamentares de inquérito

Oposição contrapõe que o instrumento é legítimo, inclusive como forma de manifestação das minorias

Idhelene Macedo

Enquanto a base de apoio ao governo quer diminuir a realização de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) nesta legislatura, partidos da oposição defendem o mecanismo. Durante reunião da bancada na quarta-feira (2), os petistas sinalizaram que pretendem frear as comissões parlamentares de inquérito.

Segundo o deputado **Edson Santos (PT-RJ)**, a ideia é promover um diálogo com partidos da base a fim de estabelecer um procedimento comum que não prejudique o governo. “É importante disciplinar o procedimento, sem inibir o parlamentar de sua iniciativa, mas também estabelecer um procedimento em relação ao governo que não crie dificuldades desnecessárias.”

Para o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, as CPIs não são necessariamente uma preocupação para o governo, mas ele apoia a iniciativa da bancada petista. “Primeiro é preciso ter uma reflexão. Tem até deputado do PT recolhendo assinaturas para requerer CPIs. Que não apresente enquanto não houver um debate na bancada. Isso tem de ser uma iniciativa da bancada e não uma ação individual de um parlamentar. Acho que houve essa compreensão.”

Instrumento de pressão - Já a oposição defende o instituto. Líder da minoria, o deputado **Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)** afirma que é papel da base governista tentar estrangular ao máximo a realização de uma CPI. “É um instrumento de pressão sobre o governo, de fiscalização, de crítica e, dependendo do tema, de grande audiência. Sem vulgarizar o papel de uma CPI, o papel da oposição é lutar pela instalação de tantas quantas forem importantes para o respeito à democracia, à independência do Poder Legislativo, e sobretudo buscar a ética e uma administração organizada e transparente, como não se viu recentemente no governo que passou.”

Minorias - O deputado **Vanderlei**



ARQUIVO SEFOT

Foram arquivadas as oito CPIs que funcionaram na legislatura passada, entre elas a de Tarifas de Energia Elétrica, cujo relatório não foi votado



DIÓGENIS SANTOS

É importante disciplinar o procedimento, sem inibir o parlamentar de sua iniciativa, mas também estabelecer um procedimento em relação ao governo que não crie dificuldades desnecessárias
Edson Santos



LEONARDO PRADO

O papel da oposição é lutar pela instalação de tantas quantas forem importantes para o respeito à democracia, à independência do Poder Legislativo, e sobretudo buscar a ética e uma administração organizada e transparente
Paulo Abi-Ackel

Macris (PSDB-SP) destaca que a CPI é um instrumento legítimo, inclusive como forma de manifestação das minorias. “É uma lógica do processo democrático. As minorias têm direito de fiscalizar governo. As CPIs são formas de fiscalizar e, mais do que isso, de levantar debates em questões em que não se tem condições de debate dentro do próprio governo.”

Vanderlei Macris é dos que querem a instalação de uma CPI já neste ano. Ele recolhe assinaturas para aprovar uma comissão com o objetivo de investigar as causas e consequências do consumo excessivo de bebida alcoólica pela população

brasileira, nos últimos cinco anos. Segundo ele, a questão é séria e o governo não tem dado a atenção necessária.

De outro lado, o deputado **Cláudio Puty (PT-PA)** sugeriu à liderança do partido a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a prática de trabalho escravo no País. Ele afirmou que, no Pará, a tentativa de enfrentar a escravidão dos trabalhadores esbarrou na falta de condições para fiscalizar um estado tão grande.

As oito CPIs que funcionaram na legislatura passada, a exemplo dos projetos em tramitação, foram arquivadas.

agenda

TERÇA-FEIRA

8 de fevereiro de 2011

Votações

Reunião de líderes para definir a pauta do Plenário. Plenário Ulysses Guimarães, às 14h30.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Procurador Parlamentar
Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor
Pedro Noleto
Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado
Roberto Seabra

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
José Antonio Filho
Roselene Figueiredo

Ilustrador
Renato Palet
Editor de fotografia
Reinaldo Ferrigno

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Líderes partidários definem amanhã prioridades de votação desta semana

Os líderes partidários se reúnem amanhã com o presidente Marco Maia para discutir as prioridades de votação das primeiras semanas de trabalho do Plenário. A pauta do Plenário está trancada por 10 medidas provisórias. Além dessas, outras 13, com prazo de tramitação a vencer entre 20 de fevereiro e 19 de março, precisam ser votadas para evitar novos trancamentos.

Além de discutir um acordo para votação das medidas provisórias, os líderes também devem decidir que propostas serão votadas em sessões extraordinárias. Marco Maia já anunciou que manterá a interpretação adotada na legislação anterior que permite a votação de propostas de emenda à Constituição, projetos de lei complementar, resoluções e decretos legislativos em sessões extraordinárias, mesmo com a pauta trancada por MPs nas sessões ordinárias. A reunião está marcada para as 14h30 no gabinete da Presidência.

Pauta - Na primeira sessão ordinária deliberativa da Câmara, o primeiro item é a MP 502/10, que cria duas modalidades de bolsa-atleta destinadas à categoria de base e aos esportistas que estejam entre os 20 melhores de sua modalidade no ranking mundial. Ela também exige dos comitês olímpico (COB) e paraolímpico (CPB) e das entidades nacionais de desporto a celebração de um contrato de desempenho para poderem receber recursos federais.

Jogos Olímpicos - Ainda na área esportiva, a MP 503/10 ratifica o protocolo de intenções assinado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e a



Deputados que tomaram posse na última terça-feira (1º) iniciam as votações em Plenário amanhã; o primeiro item da pauta é a MP 502/10, que amplia a bolsa-atleta

capital fluminense para a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO). Essa autoridade será responsável por

coordenar as ações governamentais relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016,

na cidade do Rio de Janeiro.

A terceira MP que tranca a pauta é a 504/10. Ela permite ao governo criar escritórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no exterior. O objetivo do Executivo é dar maior flexibilidade à empresa para a realização de intercâmbio de tecnologias, principalmente em países com os quais o Brasil tenha firmado acordos internacionais nesse sentido.

Petrobras - Por meio da Medida Provisória 505/10, que também obstrui as votações, a União foi autorizada a conceder o crédito de R\$ 30 bilhões usado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e sua subsidiária (BNDESPAR) na compra de ações para a capitalização da Petrobras, ocorrida em setembro de 2010. O crédito foi concedido na forma de títulos públicos colocados diretamente em favor do banco.

Confira os temas das outras MPs pautadas

■ **MP 506/10**: concede crédito extraordinário de R\$ 210 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para o pagamento do benefício Garantia-Safra a agricultores familiares do semiárido.

■ **MP 507/10**: pune com demissão o servidor público que usar indevidamente seu direito de acesso restrito a informações protegidas por sigilo fiscal.

■ **MP 508/10**: concede crédito extraordinário de R\$ 968 milhões ao Ministério da Educação para reforço aos programas nacionais de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e de Alimentação Escolar (Pnae).

■ **MP 509/10**: prorroga até 11 de junho de 2011 o prazo para a contratação das franquias da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) por meio de licitação.

■ **MP 510/10**: exige das empresas reunidas em consórcio solidariedade tributária no pagamento dos tributos federais

relacionados ao empreendimento.

■ **MP 511/10**: autoriza a União a garantir um empréstimo de até R\$ 20 bilhões, por meio do BNDES, ao consórcio vencedor da licitação para construir o Trem de Alta Velocidade (TAV).

■ **MP 512/10**: concede incentivos fiscais à indústria automotiva instalada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se vinculados a projetos com novos investimentos e pesquisa.

■ **MP 513/10**: autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

■ **MP 514/10**: detalha novas regras da segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, permitindo a atividade comercial em conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

JUSTIÇA

Proposta susta parecer da AGU sobre extradição de Cesare Battisti

A Câmara analisa o Projeto de Decreto Legislativo 1/11, do deputado **Mendonça Filho (DEM-PE)**, que susta o parecer da Advocacia-Geral da União que respaldou a decisão do ex-presidente Lula de não extraditar o italiano Cesare Battisti. O parlamentar alega que a AGU invadiu competência do Congresso Nacional.

Mendonça Filho argumenta que cabe ao Congresso, de acordo com a Constituição, votar e aprovar tratados e acordos internacionais. "O Brasil tem um tratado internacional de extradição com a Itália e esse tratado foi votado

e aprovado pelo Congresso brasileiro. Como é que um parecer da AGU pode ser maior do que um tratado votado pelo Congresso Nacional?"

Ele lembra, na argumentação de seu projeto, que "os elementos para formar a convicção" de que a extradição de Battisti agravaria sua situação "decorrem basicamente de reportagens retiradas de periódicos e jornais italianos". Essas reportagens, segundo ele, apontam apenas eventuais manifes-



tações contrárias a não extradição do criminoso italiano, em afronta às decisões legítimas e soberanas do Poder Judiciário italiano.

Competência do STF - O deputado ainda afirma

que, diferentemente do argumento do parecer da AGU, a Constituição designa ao Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para processar e julgar originariamente a extradição solicitada

por Estado estrangeiro. "No exercício dessa competência, atribui-se ao STF o exame sobre a incidência de impedimentos constitucionais, legais e convencionais à extradição solicitada. Ou seja, cabe a esta egrégia corte - e não ao presidente da República - a verificação de caso em que a extradição deve ser negada".

Para o deputado Mendonça Filho, a decisão do governo brasileiro está causando constrangimentos ao país, já que a Itália é um país soberano e democrático. A proposta ainda não foi distribuída às comissões.

Pinga-Fogo

Papel do Legislativo

Junior Coimbra (PMDB-TO) saudou os colegas parlamentares que assumiram os mandatos nesta Legislatura e destacou a importância da valorização do papel do Legislativo. "Assumir um mandato na Câmara federal é motivo de satisfação, mas traz responsabilidades e desafios tendo em vista a desinformação sobre o Parlamento", afirmou. Segundo ele, o papel do deputado não se restringe ao Plenário. Coimbra ressaltou também a importância do Brasil, tanto no cenário econômico mundial como no centro de convergência dos debates sociais.

Juventude

Domingos Neto (PSB-CE) agradeceu os 240 mil votos recebidos e reafirmou seu compromisso com a juventude para lutar pela criação de uma comissão permanente que trate de questões relevantes para os jovens. Segundo ele, trata-se de um tema relevante e que não está contemplado entre os temas das comissões permanentes da Câmara. "Queremos discutir políticas públicas para o primeiro emprego, medidas para evitar a aproximação dos jovens da criminalidade, e política para a cultura, o esporte e o lazer. Os jovens representam mais de 40% do eleitorado brasileiro; portanto, devem ter um espaço de discussão no Poder Legislativo", observou.

Férias forenses

Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG) manifestou apoio à proposta de emenda constitucional que unifica as férias forenses. Segundo ele, a PEC já é um consenso entre vários profissionais do direito, inclusive com manifestação favorável da Ordem dos Advogados do Brasil. "O gozo de férias em períodos variados na magistratura prejudica o andamento processual. Muitas vezes, falta quórum nos tribunais, o julgamento é adiado e aumenta a morosidade da Justiça", enfatizou.



DIÓGENIS SANTOS.

Dr. Aluizio: PV vai apoiar o Ministério Público em ações contra hidrelétrica de Belo Monte, no Pará

O partido Verde apoiará o Ministério Público Federal nas ações contra a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Pará, informou em Plenário o deputado **Dr. Aluizio (PV-RJ)**. Recentemente uma equipe de técnicos do MP visitou a área onde a usina começou a ser construída e, segundo o deputado, constatou que

as condições estabelecidas pela licença prévia não estão sendo atendidas.

Os órgãos ambientais brasileiros concederam uma licença prévia para a construção da infraestrutura que antecede as obras da usina. O deputado citou dados do Greenpeace e afirmou que apenas essa ação autorizada pela licença prévia será responsável pelo desmatamento de 238 hectares de mata.

Dr. Aluizio também ressaltou que Belo Monte não sofre oposição apenas de ambientalistas. "Especialistas em energia, diretores de empreiteiras e empresas do setor elétrico, engenheiros elétricos em atividade no setor, economistas e investidores dizem que o projeto não é bom, nem do ponto de vista econômico-financeiro, nem do ponto de vista energético. Tanto que muitas empresas e muitos investidores se recusaram a participar dele", disse.

O parlamentar afirmou concordar com a ex-senadora Marina Silva, quando disse que o potencial energético brasileiro precisa ser aproveitado, mas não sem a análise dos setores ambientais e das alternativas

energéticas. "A região e seus moradores ficarão com o passivo ambiental, por causa de um projeto que não foi realmente discutido", alertou.

O processo de construção da hidrelétrica, avaliou o deputado, fere os princípios de qualidade e de transparência do gasto público e desrespeita os fundamentos da governança democrática. Em sua opinião, as falhas de procedimento violam os princípios de formulação democrática e legal de políticas públicas.

"Belo Monte não é apenas um problema ambiental, é preciso que isso fique bem claro. É um sério problema político."

Até o momento, o Ministério Público Federal e organizações da sociedade civil ajuizaram dez ações civis públicas diferentes que questionam as ilegalidades do processo de licenciamento ambiental. Dr. Aluizio ressaltou

que o Partido Verde e sua bancada na Câmara acompanharão as ações e o cumprimento das condicionantes editadas pelo próprio Ibama e constantes da licença prévia.

Belo Monte não é apenas um problema ambiental, é preciso que isso fique bem claro. É um sério problema político

COOPERAÇÃO TÉCNICA

MP prorroga contratos nas áreas de meio ambiente e educação

Câmara analisa a Medida Provisória 524/11, que autoriza instituições das áreas ambiental e de educação a prorrogar até 31 de dezembro de 2011 contratos para execução de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. As prorrogações terão caráter excepcional e deverão ter prazo determinado.

A medida beneficia o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O objetivo, de acordo com exposição de motivos assinada pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, é garantir o cumprimento do princípio da continuidade do serviço público e evitar que uma possível falta de pessoal provoque graves prejuízos a ações desenvolvidas nas áreas beneficiadas.

Meio ambiente - A ministra explica que, para o Ministério do Meio

Ambiente, é imprescindível assegurar a continuidade dos projetos, com o propósito de garantir o cumprimento do princípio da continuidade das atividades desenvolvidas no setor ambiental.

Com relação ao Ibama, os projetos preveem o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental, o uso sustentável da biodiversidade e das florestas,

e a gestão e a conservação da fauna e dos recursos pesqueiros. Os projetos do Instituto Chico Mendes beneficiados são relativos à conservação e ao manejo de ecossistemas e à gestão do sistema federal de unidades de conservação.

Educação - Em relação ao FNDE e ao Inep, os projetos beneficiados pela MP, segundo a ministra, constituem importante instrumento de promoção da qualidade e da eficiência da educação, expansão da cobertura e garantia

de maior equidade social, conforme os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os projetos do FNDE e INEP estão vinculados a ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; educação de jovens e adultos; educação profissional; educação especial; educação a distância; avaliação, informação e pes-

quisa educacional; pesquisa e extensão universitária; e o magistério. "A urgência e a relevância dessas medidas", de acordo com a ministra, "estão caracterizadas pela necessidade de assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas". Os custos da prorrogação dos contratos, de acordo com o Ministério do Planejamento, já estão previstos nas dotações orçamentárias de custeio dos órgãos e entidades envolvidos.



Líder do PP quer votar Código Florestal e royalties do pré-sal em 2011

A aprovação do novo Código Florestal e do projeto que assegura aos municípios uma fatia maior dos royalties da exploração da camada pré-sal estão entre as prioridades do Partido Progressista (PP) para 2011. A informação é do novo líder da legenda na Câmara, deputado **Nelson Meurer (PR)**. Ele explica, no entanto, que a pauta completa de prioridades ainda será discutida com a bancada de 44 deputados.

O objetivo é identificar propostas de consenso para definir os temas que serão priorizados pelo partido nos debates e votações nas comissões e no plenário. Meurer já começou a fazer um levantamento de propostas importantes, em análise na Câmara, para apresentá-las aos colegas de partido.

Em relação ao novo Código Florestal

(PL 1876/99), o PP defenderá a aprovação da matéria. Meurer explicou, porém, que ainda não foi definido se o apoio à matéria será nos termos do relatório do deputado **Aldo Rebelo (PCdoB-SP)**, aprovado pela comissão especial.

Royalties do pré-sal -

O objetivo da outra prioridade do partido, o Projeto de Lei 8051/10, é assegurar aos estados e aos municípios produtores uma fatia maior dos royalties resultantes da exploração do petróleo, gás natural e hidrocarbonetos nas áreas do pré-sal e em áreas estratégicas (caracterizadas como de baixo risco exploratório e



Nelson Meurer

BRIZZA CAVALCANTYE

elevado potencial de produção).

O partido, segundo o líder, ainda espera discutir as reformas política e tributária, além de projetos da área de saúde.

Nelson Meurer informou que o PP integrará a base de apoio do governo de Dilma Rousseff, assim como foi a posição do partido nos oito anos de governo Lula. A ideia de Meurer é contribuir para que a presidente realize uma boa gestão, apoiando

do projetos de erradicação da pobreza e de valorização do salário mínimo, por exemplo.

PV promete lutar contra retrocesso na legislação ambiental

O líder do PV, deputado **Sarney Filho (AM)**, afirma que seu partido vai continuar a defender a sustentabilidade. Segundo ele, essa atuação inclui lutar contra retrocessos na legislação de preservação dos biomas e buscar clareza nas leis que combatem o aquecimento global.



Sarney Filho

LEONARDO PRADO

“Vamos trabalhar também por ações que preveem a adaptação à nova realidade climática do mundo, e manter uma postura de independência e responsabilidade perante à sociedade”, acrescenta.

Sarney Filho diz que o PV vai manter a independência em relação ao governo. O parlamentar ressaltou que o partido “nunca foi de posições radicais em relação aos temas de interesse da sociedade, mas sempre se manteve muito firme no que diz respeito a reafirmar seus compromissos”.

Reforma política - Quanto à agenda legislativa da legenda, o líder do Partido Verde afirma que vai discutir tanto na bancada quanto no partido a posição a ser adotada. Ele lembrou que, na legislatura passada, o partido foi favorável à reforma política e apresentou emendas à reforma tributária.

PDT pede prioridade para reformas política e tributária

O novo líder do PDT, deputado **Giovanni Queiroz (PA)**, afirmou que o partido definirá as prioridades para esta legislatura em uma reunião marcada para a próxima quarta-feira (9). Ele adiantou, porém, que a legenda procurará defender temas “de interesse nacional” como as reformas tributária, política e eleitoral e a revisão no Código Florestal (Lei 4.771/65).

Para Queiroz é necessário discutir com urgência reformas política e eleitoral. Entre os itens de discussão, o deputado defende o debate sobre o voto distrital misto e absoluto e o financiamento público de campanha.

Na área tributária, o parlamentar disse que o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) permite “a evasão absoluta”. Segundo ele, 50% dos tributos gerados são sonegados. “Temos um penduricalho de artigos que dificulta o recolhimento”, critica o deputado.

Queiroz ainda defende a equiparação dos pagamentos de royalties sobre a mineração com os do petróleo. O tema consta do novo marco regulatório da mineração, em discussão na Casa.

Código Florestal - No caso do novo Código Florestal (PL 1876/99),

o líder do PDT afirma que o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi bem elaborado e é muito importante. O deputado vai convidar Rebelo para debater o relatório na reunião da bancada na próxima quarta-feira.

Entre as prioridades pessoais, o deputado defenderá a climatização das escolas de ensino fundamental e médio. “O Pará tem temperaturas entre 30º e 40º que é incompatível com o aprendizado, não há condições de aprender e ensinar”, afirmou Queiroz. Ele apresentou emenda ao orçamento para garantir salas de aula climatizadas em seu estado.



Giovanni Queiroz

EDSON SANTOS

Pinga-Fogo

Pobreza

Edson Silva (PSB-CE) elogiou os compromissos apresentados pela presidente Dilma Rousseff, durante a instalação dos trabalhos legislativos de 2011, que incluem o combate à miséria e à pobreza no País, meta que, para ele, deve ser assumida de forma conjunta por todos os poderes da União. Edson Silva também assinalou o compromisso da presidente em fortalecer o combate ao tráfico de drogas, problema que, segundo o deputado, atinge pessoas de todas as classes sociais. Ele ainda pediu a atenção da OAB para coibir a ação de advogados que são coniventes com o crime organizado e atuam em parceria com os traficantes.

Reforma política I

Átila Lins (PMDB-AM) pediu destaque para a reforma política na retomada dos trabalhos do Congresso. Ele propôs a realização de alterações gradativas no processo político-eleitoral para vencer a resistência às mudanças. Para ele, a reforma deve fortalecer os partidos, consolidar a representatividade política e melhorar a qualidade da ação parlamentar. Átila Lins também pediu a inclusão da reforma tributária na pauta de votações e a conclusão da PEC 300. Ele considera inaceitável que se fale em melhorar a segurança pública sem garantir salários mais dignos aos bombeiros e policiais.

Reforma política II

Mauro Benevides (PMDB-CE) defendeu uma reforma política que acabe com a compra de votos, e a necessidade de uma reforma tributária brasileira. “Se o Congresso não retomar tais discussões ele será considerado omissivo e isso não pode acontecer”, disse. Benevides lembrou que inicia seu 11º mandato parlamentar e homenageou o deputado Ulysses Guimarães, também do PMDB, que morreu em 1992.

Pinga-Fogo

Quércia

Edinho Bez (PMDB-SC) homenageou Orestes Quércia, morto em 24 de dezembro. Além de ressaltar a trajetória política de Quércia, que iniciou a carreira como vereador em Campinas pelo Partido Libertador em 1962 e foi eleito governador de São Paulo em 1986, o deputado destacou a atuação pelo municipalismo e o papel importante na redemocratização na época do bipartidarismo, como um dos fundadores do PMDB. “Orestes Quércia foi um grande trabalhador. Ele nunca deixou de lado valores importantes como a solidariedade e a família. A morte de Quércia foi uma perda inestimável para o país”, enfatizou.

Reforma política

Vicentinho (PT-SP) afirmou esperar que a reforma política saia do papel e entre em vigor nesta legislatura, pois é necessário regulamentar algumas questões importantes, como a fidelidade partidária e à reforma eleitoral. “Muita coisa mudou na política brasileira nos últimos anos. Antes, as campanhas eram bancadas por políticos ricos. Hoje, o povo brasileiro está bem representado no Congresso Nacional”, declarou o parlamentar.

Agronegócio

Celso Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a realização da 13ª edição do Itaipu Rural Show, em Pinhalzinho (SC), que pela primeira vez recebeu a visita de um ministro da Agricultura (Wagner Rossi). Segundo ele, a exposição de difusão tecnológica do agronegócio reuniu 200 empresas com os últimos avanços nos setores da agricultura e agropecuária. Segundo o deputado, 40 mil produtores rurais de pequeno e médio porte e empresários do setor agrícola participaram do evento, que teve como objetivo repassar ao produtor as novas tecnologias de ponta nas áreas de grãos, leite, máquinas, equipamentos e insumos.

DIÓGENIS SANTOS



Alceu Moreira quer examinar veto de Lula à divisão dos royalties do pré-sal

Em seu primeiro discurso na Câmara, o deputado **Alceu Moreira (PMDB-RS)** informou que irá apresentar requerimento para que o veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à divisão dos royalties do petróleo entre todos os estados e municípios brasileiros seja votado pelo Con-

gresso. “Queremos a apreciação imediata do veto para fazer justiça e redistribuir”, sustentou.

Para o deputado, como o petróleo do pré-sal encontra-se a 300 quilômetros da costa e a 160 quilômetros de profundidade, não existe estado produtor. “Para pesquisar nós pagamos; na hora de dividir não: 94% vão para o Rio de Janeiro e 6% para o restante”, reclamou.

Moreira também defendeu que o Parlamento participe da elaboração do planejamento de longo prazo das políticas públicas do País. “O Congresso é heterogêneo, representativo de todos os setores da sociedade e, por isso, o lugar onde as políticas de Estado têm de ser construídas para que os governantes não possam transformar, pelo seu nariz, os planos”, reivindicou.

O parlamentar argumenta que o Brasil necessita de um projeto de diretrizes básicas de infraestrutura, por exemplo. “Se nós elaborássemos esse projeto, teríamos os problemas estruturais que temos?”, questionou. Segundo disse, “enquanto no Canadá o custo de logística é de 5,7 e na China de 9, no Brasil chega a

17,1”. Ele assegurou ainda um caminhão de milho gasta 37% do produto colhido para chegar ao destino.

Reformas - Ainda conforme Moreira, “a reforma política tem que vir para o debate”. Ele ponderou que o texto “não será o ideal desejado por cada um, mas a média da vontade dos parlamentares, o possível de ser construído”. Para ele, a reforma terá chances de ser aprovada apenas se votada ainda este ano. “O ano que vem é eleitoral e não sairá mais”.

Da mesma maneira, o parlamentar defendeu a votação da reforma tributária. Em sua opinião, essa reforma tem de levar em consideração “conceitos normativos, princípios que não são base de manobra”. Dentre eles, a garantia dos demais entes federados, principalmente os municípios, “célula-mãe dignificadora do povo”.

Moreira considera inconcebível que 64% do Orçamento da União permaneçam “na mão do governo”. Segundo ele, “a Federação tem de ser o símbolo do processo. Não se pode ter política republicana e federativa em que um pode tudo e outros permaneçam de chapéu na mão.”

Para pesquisar, nós pagamos; na hora de dividir, 94% vão para o Rio de Janeiro e 6% para o restante

LUIZ ALVES



Repasses federais a municípios exigem atenção, afirma Luiz Fernando Machado

O deputado **Luiz Fernando Machado (PSDB-SP)** defendeu que os municípios recebam maior atenção do governo federal no repasse de recursos. Ele apontou como fundamental a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que, segundo Machado, dará oportunidade para os municípios investirem na saúde. “Temos a obriga-

ção de fazer com que esta Casa pressione no sentido de regulamentar esta emenda”, defendeu.

O parlamentar, que foi vice-prefeito de Jundiá (SP), manifestou-se pela construção de um novo pacto federativo em benefício dos estados e municípios, desde que essa mudança não aumente a carga tributária. Para os parlamentares, as necessidades apontadas pelas prefeituras, também devem ser analisadas e atendidas independentemente do partido.

Machado defendeu a aprovação da reforma política que beneficie a representação das cidades. “O estado de São Paulo tem 40 milhões de pessoas e 645 municípios. Como vamos compreender que sem uma reforma política que pelo menos dê oportunidade para que o representante tenha com o seu representado uma visão mais próxima, uma forma de fiscalizar mais tranquila; como vamos fazer se não caminarmos com reformas que são importantes?”

Machado elogiou o papel do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para os municípios e relatou que, em Jundiá, a disponibilidade de recursos do programa teve efeitos positivos sobre os jovens da cidade.

Apagão - Machado também comentou o apagão que deixou estados do Nordeste no escuro entre quinta e sexta-feira. Para ele, o episódio indica que é hora de investir na diversificação da matriz energética.

“Precisamos, de fato, investir, para que tenhamos energia eólica, para que tenhamos fontes renováveis de energia”, afirmou. O parlamentar criticou as justificativas para a falta de energia em episódios recentes.

“Ouvi um responsável pelo setor energético justificando que um o raio em Bauru causou o apagão. Depois, que mandaram desligar Itaipu. Agora o responsável pelo apagão é a cartela eletrônica. Isso não é razoável.”

Para Machado, o governo também precisa ficar atento ao apagão de mão de obra e de talentos, principalmente na construção civil. Ele defendeu a criação de uma frente parlamentar em nome da qualificação profissional, que possa promover um

estudo regionalizado do mercado de trabalho e garanta recursos para a capacitação.

Temos a obrigação de fazer com que a Câmara pressione pela regulamentação da Emenda 29

Gastão Vieira e Otavio Leite pedem mais eficiência na gestão do Enem e do Sisu

O deputado **Gastão Vieira (PMDB-MA)**, que integrou na última legislatura a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, sugeriu um modelo de descentralização para tornar mais eficientes o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação. Vieira disse não ser fácil a aplicação de um exame nacional em um país de dimensões continentais como o Brasil e, por isso, defendeu a delegação de atribuições para as universidades.

O Enem já registrou problemas como erros em impressão de provas e suspeita de vazamento de dados. Já o Sisu, utilizado para seleção de candidatos às universidades públicas com base na nota do Enem, teve problemas técnicos em seu site. Estudantes de todo o Brasil enfrentaram dificuldades para fazer a inscrição no sistema. Por esse motivo, as inscrições para as 83.125 vagas disponíveis pelo Sisu tiveram que ser prorrogadas. “O Enem é um grande avanço, mas é preciso apurar se essas dificuldades estão existindo”, disse Gastão Vieira.

O deputado **Otavio Leite (PSDB-RJ)** também pediu mudanças no atual modelo de gestão do Ministério da Educação. “Há uma falha muito séria do ponto de vista da gestão do modelo”, disse. Ele ressaltou que é favorável ao Enem, pois o exame possibilita uma concorrência mais democrática



Cerca de 3,5 milhões de estudantes prestaram o Enem em 2010; dos participantes, mais de 110 mil alcançaram os critérios mínimos indicados pelo Inep

entre todos os brasileiros, mas afirmou que a “incompetência administrativa está gerando uma degeneração do sistema”.

Em janeiro, a reitora da Universidade Federal do Estado do Rio (Unirio), Malvina Tania Tuttman, foi confirmada como nova presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela aplicação do Enem.

Em audiência na Câmara em 17 de novembro do ano passado, o ministro

da Educação, Fernando Haddad, afirmou que é normal haver algum tipo de erro no Enem, devido ao grande número de candidatos (cerca de 3,5 milhões em 2010). Por causa de erros, o ministério já reaplicou o exame em diversos casos.

Os resultados divulgados do exame mostraram que dos participantes que fizeram o Enem 2010, com o objetivo de obter a certificação no ensino médio, mais de 110 mil alcançaram os critérios mínimos indicados pelo Inep.

PESQUISA E INOVAÇÃO

Congressistas apontam prioridades para área de ciência e tecnologia

Como prioridades para a área de ciência e tecnologia nesta legislatura, parlamentares apontam a necessidade de aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à pesquisa e à inovação, a ampliação dos recursos orçamentários para o setor, o fortalecimento do programa espacial brasileiro e a concretização do Plano Nacional de Banda Larga. As prioridades coincidem com as propostas defendidas pelo novo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, em seu discurso de posse. Ele também destacou como prioridade a transição para uma economia “verde e criativa”, com sustentabilidade ambiental.

O deputado **Paulo Piau (PMDB-MG)** e o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendem mudanças, por exemplo, na Lei do Bem e na Lei de Inovação. Segundo Piau, que presidiu na última legislatura a Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação, a Lei do Bem (que prevê incentivos fiscais a empresas que desenvolverem inovações tecnológicas) na prática não

tem aplicabilidade. “Ela responsabiliza demais quem pede recursos. Precisamos dar mais liberdade, mas com controle”, diz.

De acordo com Rollemberg, a Lei de Inovação deve ser revista para reduzir a burocracia nos processos de interação entre institutos de pesquisas e empresas. “A inovação deve agregar valor à produção brasileira”, ressaltou. O deputado licenciado **Julio Semeghini (PSDB-SP)**, que até o ano passado era um dos coordenadores da Frente Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação, também defende a modernização da legislação. De acordo com ele, as leis precisam ser modificadas para incluir as instituições de pesquisa privadas nos incentivos previstos.

Na avaliação do ministro Mercadante, o Estado brasileiro, apesar dos grandes avanços recentes, com a Lei da Informática (11.077/04), a Lei do Bem e a Lei de Inovação, “ainda não dispõe de uma política de incentivos e subvenções em nível adequado”.

Orçamento - Outro aspecto defendido por Piau é a ampliação dos recursos des-

tinados à ciência e à tecnologia. Hoje o investimento no setor é de 1,25% do Produto Interno Bruto (PIB). “Temos de chegar, a médio prazo, pelo menos a 2,5% do PIB, que é o índice americano de investimento”, afirmou. Segundo Rollemberg, recursos orçamentários significativos devem ser destinados a iniciativas estratégicas para o País, como o programa espacial e programas voltados ao desenvolvimento da bioenergia, da biotecnologia e da nanotecnologia, além de redução dos danos causados ao meio ambiente.

Mercadante também destacou como prioridades a implementação do Plano Nacional de Banda Larga e a aprovação do Projeto de Lei 1481/07, que altera o Fundo de Universalização das Telecomunicações, como forma de aumentar o interesse dos jovens pela ciência e incrementar a educação. Arquivada no início desta legislatura, a proposta depende da iniciativa de um parlamentar para voltar a tramitar.

Pinga-Fogo

Infraero

Ronaldo Benedet (PMDB-SC) protestou contra o cancelamento do convênio com a Infraero que administra o aeroporto de Criciúma, em Santa Catarina. Ele destacou que a unidade constitui o único meio de comunicação do município com São Paulo. Benedet ressaltou que o aeroporto de Criciúma não é lucrativo, mas advertiu que a Infraero deve estimular investimentos de caráter social para garantir o desenvolvimento do sul catarinense. Ele lembrou que a região sul de Santa Catarina é a maior produtora de carvão e de cerâmica do Brasil e também se destaca na produção de arroz, na metalurgia, na química e no setor de serviços.

Turismo

Para o deputado **Afonso Hamm (PP-RS)**, a atual legislatura vai ter uma grande importância, principalmente no setor turístico. “A Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada em 2016 vão firmar o Brasil como potência que deslumbrará o cenário internacional”, argumentou o deputado. Em sua opinião, o Poder Legislativo tem o dever de checar o planejamento das obras, fiscalizar e promover os investimentos necessários para os dois eventos.

DPVAT

O deputado **Weliton Prado (PT-MG)** agradeceu aos eleitores mineiros os 234 mil votos que obteve nas últimas eleições. Em Plenário, ele defendeu a instalação de uma CPI para investigar as suspeitas de desvio de recursos do DPVAT, seguro que indeniza vítimas de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. “Vários juízes desviaram mais de R\$ 20 milhões do seguro obrigatório DPVAT. A minha expectativa é que o Conselho Nacional de Justiça dê celeridade às investigações”, afirmou.

LEONARDO PRADO



Uma intervenção séria de combate ao crime organizado apenas será exitosa se articularmos ações preventivas e repressivas, bem articuladas e executadas.

A fala do ministro da Justiça (esq.) recebeu o apoio de Campos, Pimenta e Dutra

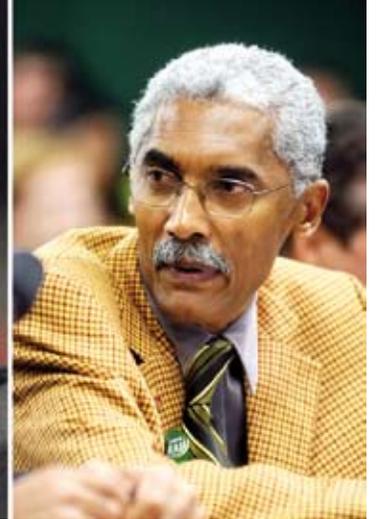
LEONARDO PRADO



LUÍZ ALVES



LEONARDO PRADO



Deputados apoiam iniciativa de Cardozo e esperam avanços no combate ao crime

María Neves

Parlamentares da base aliada ao governo e da oposição avaliam que o novo ministro da Justiça, o ex-deputado José Eduardo Cardozo, tem a possibilidade de mudar o cenário da segurança pública no Brasil. Cardoso elegeu o combate ao crime e à violência como prioridade de seu ministério.

Na concepção do ministro, a medida mais urgente para debelar o crime organizado consiste em integrar as ações da União, dos estados e dos municípios. “Uma intervenção séria de combate ao crime organizado apenas será exitosa se articularmos ações preventivas e repressivas, bem articuladas e executadas”, disse.

Para o deputado João Campos (PSDB-GO), integrante da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, essa proposta representa uma oportunidade de o País avançar. “Finalmente temos um ministro preocupado em ter ações articuladas na área de segurança pública, que tem uma compreensão moderna acerca do tema”, afirmou. João

Campos acusou todos os últimos governos de negligenciar o assunto.

No discurso de posse no ministério, no início de janeiro, Cardozo se comprometeu a atuar pela aprovação de propostas de interesse de sua pasta em análise no Congresso. O ministro defendeu a necessidade de aprovar medidas como a reforma processual civil e penal, assim como propostas relacionadas ao combate à corrupção.

Empenho - Na opinião do deputado Domingos Dutra (PT-MA), também da Comissão de Segurança Pública, o combate à corrupção representa um dos pilares do trabalho contra o crime organizado. Para ele, os criminosos só têm liberdade porque contam com a parceria de agentes do poder público. “É impossível entrar com arma do Paraguai e chegar ao Rio de Janeiro, ou roubar um carreta do Maranhão e chegar à Bolívia, sem a conivência de agentes públicos”, afirmou.

Na Câmara, há vários projetos relacionados à segurança pública em tramitação – somente sobre combate à corrupção são mais de 60. Há ainda mais

de 20 propostas destinadas a aumentar penas para traficantes de drogas. Com o propósito de enfrentar crimes de lavagem de dinheiro há 12 medidas prontas para votação em Plenário.

João Campos acredita que com o empenho do novo ministro da Justiça há grandes chances de êxito na votação de projetos importantes. Dentre as propostas que defende estão aquelas que aperfeiçoam a Lei da Lavagem de Dinheiro (9.613/98) e uma legislação específica de combate ao crime organizado. O parlamentar reclama que “o Brasil é signatário da Convenção de Viena, que trata do assunto, e até hoje não editou uma lei que se harmonize com essa convenção e dê condições para as polícias e a Justiça brasileira atuarem”.

Propostas - Campos propôs ainda a criação do Ministério da Segurança Pública e de verba específica para a área de segurança pública – a exemplo da educação e da saúde. Segundo ele, se o órgão existisse, haveria orçamento próprio, e o governo federal poderia “chamar para si” a responsabilidade de coordenar uma política pública nacio-

nal com estados e municípios.

Para Domingos Dutra, o governo federal tem de ser o coordenador desse processo, “porque a violência hoje é nacional”. Em sua opinião, ainda compete à União oferecer “estrutura financeira a estados pequenos, que não conseguem sozinhos dar conta dessa tarefa”.

Outra medida urgente no combate ao crime, segundo o ministro da Justiça, é o reforço no controle das fronteiras. Na concepção do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), essa é uma questão fundamental. “Temos fronteiras extremamente vulneráveis. Só a nossa fronteira com a Bolívia é maior que a dos Estados Unidos com o México. E toda essa arma, essa droga, essa munição que chega aos grandes centros não é produzida no Brasil”, argumenta. Pimenta foi relator da CPI da Violência Urbana, encerrada em dezembro do ano passado, que elegeu o tema como um dos eixos na redução da criminalidade e das mortes violentas. Os outros são a profissionalização das polícias e a reestruturação do sistema carcerário. Ao final da CPI foram apresentadas oito propostas relativas a esses temas.

Propostas reformam o Código de Processo Penal

A reforma do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), aprovada pelo Senado no final do ano passado, é um dos projetos relacionados à segurança pública e ao sistema judicial brasileiro em análise na Câmara. Entre outros pontos, a proposta reduz a um por instância o número de recursos que podem ser apresentados ao longo do processo e cria uma série de medidas cautelares para substituir a prisão especial. Esta poderá ser aplicada apenas para proteger a integridade do acusado.

Antes mesmo de começar a ser analisado pelos deputados, no entanto, o projeto já é alvo de críticas. O deputado João Campos (PSDB-GO), por exemplo, diz estranhar a iniciativa do Senado de promover essa mudança geral, uma vez que as duas Casas legislativas conduziam uma “reforma processual fatiada em sete projetos” desde 2001.

O parlamentar coordenou o grupo que conduziu os trabalhos na Câmara. Ele lembra que quatro medidas do “pacote” já foram transformadas em lei, faltando aprovar outros três projetos. Falta aprovar apenas os PLs 4500/01, 4209/01 e 4208/01.

O PLs 4500/01 adia a progressão de regime para o prazo de cumprimento de dois quintos da pena, no caso de condenação superior a oito anos. O tempo sobe para três quintos se o condenado for reincidente. A legislação atual exige apenas o cumprimento de um sexto da pena em regime fechado. A medida está pronta para votação no Plenário.

O PL 4209/01, por sua vez, simplifica as regras da investigação policial. A proposta introduz no código a formalização do “Termo Circunstanciado” para a apuração de infração de menor potencial ofensivo. Nos demais casos será instaurado inquérito, que

se desenvolverá de forma objetiva e célere, com depoimentos tomados em qualquer local e colhidos de modo informal, simplificando os atos da investigação. O projeto foi enviado ao Senado em dezembro de 2009.

Já o PL 4208/01 traz uma série de alterações do Código Penal previstas no projeto aprovado no Senado. A proposta prevê que a prisão preventiva só poderá ser aplicada quando não houver nenhuma outra possibilidade. Como alternativa, o juiz poderá adotar medidas cautelares como proibição de o acusado se ausentar da comarca em que vive e prisão domiciliar. O projeto ainda altera o valor das fianças. Pelo texto, o valor será de um a cem salários mínimos no caso de pena privativa de liberdade de até quatro anos. Caso a pena seja superior, o valor sobe para 10 a 200 salários mínimos. (MN)